# JORNAL DO SENADO



Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano V - N° 916 - Brasília, sexta-feira, 6 de agosto de 1999

# ACM propõe um mutirão nacional contra a pobreza

Discurso em plenário lotado marca a apresentação da proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujo objetivo é resgatar da miséria 40 milhões de brasileiros e reduzir a "dantesca desigualdade"



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou ontem, em discurso no plenário, sua proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O objetivo da emenda, como esclareceu o senador, é resgatar da miséria 40 milhões de brasileiros.

O fundo que apoiará o "mutirão nacional contra a pobreza", defendido pelo senador, terá recursos de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões ao ano. Com assinatura de 35 senadores (o mínimo exigido é 27), a proposta deverá ser lida na terça-feira e, assim, iniciar sua tramitação formal no Senado.

Páginas 3, 4, 5, 6 e 7



#### JADER BARBALHO

No plenário, senadores e deputados ouvem Antonio Carlos defender a proposta de emenda constitucional

"A única maneira de lutar contra a pobreza no Brasil é através do combate aos privilégios"



#### **EDUARDO SUPLICY**

"Se o objetivo é erradicar a pobreza para valer, estamos abertos a dialogar com quem quer que seja"



#### JOSÉ ROBERTO ARRUDA

"Proposta mostrará ao homem comum que o Congresso está preocupado com os problemas sociais"



Haverá melhor investimento do que combater a pobreza e a exclusão social, melhorando a demanda interna?



# Advogado diz que dono de consórcio só deixou dívidas para herdeiro

Em depoimento à CPI do Judiciário, ex-inspetor do TJDF se defende de acusações de ter ajudado a dilapidar patrimônio de jovem filho do dono do Consórcio Itapemirim



Depondo ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, o ins-

petor de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) Roberto Jorge Dino defendeu-se da acusação de que ajudou a dilapidar a herança deixada por Washington Nominatto a seu filho Luiz Gustavo. Dino fez parte do grupo de administradores judiciais que liquidou os bens do espólio, entre eles o Consórcio Itapemirim.

Segundo o advogado, Nominatto administrava suas empresas de forma caótica e temerária, além de lesar credores e consorciados. Além disso, comprou terrenos e outros bens a prazo. Dino afirmou que mesmo a constituição do Consórcio Itapemirim foi exe-



No depoimento, Roberto Dino (D) afirmou aos senadores Paulo Souto (E) e Carlos Wilson (C) que está sendo vítima de uma farsa

cutada de forma fraudulenta, tendo o empresário integralizado a sua parte no capital utilizando bens superavali-

Conforme os cálculos do advogado,

ao morrer, Washington Nominatto tinha bens no valor de US\$ 5.385.427,00 contra dívidas no valor de US\$ 6.039.520.00. Liquidamente, portanto. o pai de Luiz Gustavo tinha dívidas de US\$ 652.043,00, na versão do inspetor de Justiça. Dino e os demais administradores judiciais – designados pela Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília – são acusados de dilapidarem um patrimônio de cerca de US\$ 30 milhões:

- Estou sendo vítima de uma farsa disse o advogado. Ele apresentou como sinal de sua inocência o fato de ter sido absolvido das acusações de Miramar e Romel pela Justiça Federal de Brasília, inclusive com o pedido de absolvição por parte do promotor que o indiciara.

A mãe de Luiz Gustavo, Miramar da Silveira Rocha, é acusada por Dino de tomar parte da trama para responsabilizá-lo pelo desaparecimento dos bens de Nominatto. Ela teria ocultado bens do espólio e emprestado um carro e uma arma utilizados em roubo seguido de morte na cidade de Sobradinho (DF).

#### Secretário da Receita voltará à comissão



A CPI dos Bancos elegeu ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como o seu novo vice-presidente. Ele substitui o se-

nador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que solicitou desligamento da CPI por ter sido indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para a liderança do governo no Senado.

Com a saída de Arruda, Pedro Piva (SP) foi escolhido pelo PSDB para ocupar uma das suplências na comissão e Romero Jucá (PSDB-RR) passou a ser titular. A presidência da CPI continua com o senador Bello Parga (PFL-MA), que reassumiu suas funções após ter-se licenciado por problemas de saúde.

Também decidiu-se constituir uma comissão para pedir ao presidente da Câmara, Michel Temer, urgência na tramitação do projeto sobre sigilo fiscal já aprovado no Senado. Foi aprovado requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) convocando o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, a voltar à CPI (ver matéria abaixo).

#### **Ex-presidente do TRT-RJ** "Avaliação da herança está errada" deporá na segunda-feira

Roberto Jorge Dino afirmou ontem à CPI do Judiciário que o relatório do Ministério Público sobre os bens do falecido Washington Nominatto, ex-dono do Consórcio Itapemirim, que avaliou a herança em US\$ 24,6 milhões, "é infundado e imprestável". Ao ser indagado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), como ele explicaria a discrepância entre os US\$ 24,6 milhões avaliados pelo Ministério Público e os cerca US\$ 7 milhões da sua avaliação, Roberto Dino disse que o documento foi feito com base em "inquérito trancado", o que no jargão jurídico quer dizer "inexistente"

Roberto Dino, respondendo a outra pergunta do senador Paulo Souto, negou que somas em dinheiro teriam sido depositadas em uma conta corrente, como parte de pagamentos de consorciados.

Ele explicou que recebia, em dinheiro, quantias para aquisição de veículos em outros estados para serem entregues aos consorciados, "mas o dinheiro não ia para qualquer conta bancária minha e ficava trancado no cofre da empresa".

O ex-gestor do espólio de Nominatto voltou a assegurar que o Consórcio Itapemirim se encontrava insolvente quando da morte de Washington Nominatto e "devia mais do que dispunha em caixa". Respondendo a uma indagação do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Dino garantiu que tinha conhecimento da situação de insolvência do consórcio desde o início, quando foi nomeado inspetor judicial - mais tarde ele foi designado gestor - do espólio de Nominatto, e que comunicou ao juiz que presidia o espólio a grave situação da empresa, "daí a decisão de

Roberto Dino garantiu que todas as decisões dos gestores do espólio foram tomadas "no sentido de resguardar os interesses e bens do menor" Luiz Gustavo, filho e herdeiro de Nominatto, e confirmou ao senador Paulo Souto que sua comissão como pagamento pela gestão do espólio foi de 3% do valor total

A CPI do Judiciário marcou para as 15h da próxima segunda-feira o depoimento do juiz José Maria de Mello Porto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de

Janeiro. Os senadores investigam denúncias de contratações irregulares, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no TRT-RJ durante a gestão de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

Ainda na segunda, às 18h, os senadores da CPI tomarão o depoimento de Rommel Parreira Corrêa, advogado criminal do espólio de Washington L. Nominatto. A CPI vem investigando o caso depois de receber denúncias de que a herança do menor Luiz Gustavo Nominatto, de US\$ 30 milhões, foi re-



SEXTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1999

Plenário

9h - Sessão não deliberativa

duzida a apenas R\$ 900 mil no decorrer do processo de inventário, sob a responsabilidade do atual desembargador Asdrúbal Cruxên, do Tribunal de Justica de Brasília.

A dilapidação dos bens do herdeiro foi confirmada à CPI pelo advogado Luiz Octávio Amaral, que defendeu a mãe do menor. O próprio desembargador Asdrúbal Cruxên será ouvido na terça, às 17h, pelos senadores da comissão de inquérito.

A CPI decidiu ainda marcar para a próxima quarta-feira, às 17h, o depoimento do ex-juiz da Vara da Infância e Adolescência de Jundiaí (SP) Luiz Beethoven Ferreira. Depois de ouvir alguns depoimentos, os senadores suspeitam que Beethoven tenha montado um esquema para retirar o pátrio-poder de mães do município e possibilitar adoções de crianças, principalmente por parte de famílias do exterior. A CPI também investiga a remessa de recursos do exterior para o Centro de Orientação do Menor de Jundiaí, que intermediaria as adoções.

O noticiário do Jornal do Senado é

#### Jader espera ouvir propostas

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) cobrou pressa na vinda à CPI do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para apresentar sugestões de projetos que reduzam a evasão e a elisão fiscal (brechas legais que permitem reduzir o pagamento de impostos). Ele disse que a vinda do secretário não será importante apenas para os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito:

- A apresentação de projetos que alterem a legislação brasileira, impedindo que parte das grandes empresas que hoje não pagam imposto, fundamentalmente o Imposto de Renda, deixem de fazêlo, é fundamental para o país, que enfrenta dificuldades enquanto a imprensa noticia que os bancos registraram um lucro que nunca tiveram no Brasil – afirmou Jader.

Ele lembrou que, quando esteve na CPI daprimeira vez, Everardo informou que metade das 530 majores empresas e 40% das instituições financeiras do Brasil deixam de pagar imposto. O secretário prometeu apresentar sugestões que armariam o governo para combater a sonegação e a elisão fiscal.

#### JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1º Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior 4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327 (cretaria) Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes Ed. Anexo I do Senado Federal, 20° andar Brasília - DF - 70165-920

> Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Proposta de combate à pobreza começa a tramitar na terça-feira

Com um discurso em que conclamou o Congresso a não se omitir, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou ontem a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A alteração constitucional, que já conta com assinatura de 35 senadores, deverá



ser lida em plenário na terça-feira e, assim, iniciar sua tramitação formal. Com recursos anuais estimados entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões, o fundo está sendo proposto com o objetivo de resgatar da pobreza 40 milhões de brasileiros e reduzir o abismo entre a elite e os segmentos menos favorecidos da população.

### Objetivo da emenda é resgatar 40 milhões de brasileiros da miséria

Diante de um plenário lotado por senadores e deputados, observados por um grande público nas galerias, o senador Antonio Carlos Magalhães propôs na manhã de ontem a organização e deflagração de um "grande mutirão que, acima de quaisquer ideologias e de interesses menores", venha a erradicar a pobreza no Brasil, num prazo de dez anos. A base dessa proposta é uma emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e poderá mobilizar recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões para essa causa.

O presidente do Senado fez questão de apontar como razão de sua iniciativa "o sofrimento diariamente infligido a 40 milhões de brasileiros por uma situação de miserabilidade que nos envergonha e que deslustra os resultados de uma política econômica que tem sido conduzida com austeridade e competência". O senador lembrou que algumas vezes é apontado como responsável por debates de larga ressonância, citando como exemplo mais recente a criação da CPI do Judiciário e os "resultados positivos que já produziu, mesmo estando inconclusos os seus trabalhos".

Antonio Carlos destacou que a existência de 40 milhões de "irmãos nossos vivendo em condições de absoluta pobreza é especialmente frustrante se levarmos em conta que o Brasil não é um país pobre, que nos situamos entre as 10 nações com maior Produto Interno Bruto do planeta". O senador perguntou a seus pares se seria possível "alguém ficar insensível às pessoas que dormem embaixo de viadutos, nas calçadas, com frio e sem agasalho, com fome e sem a perspectiva de alimento".

Sua proposta de emenda constitucional, observou, pretende "minimizar esse cenário de dantescas contradições", por meio de transferências de renda e outras providências. Ao ressaltar que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem manifestado preocupação com a pobreza e procurado agir para reduzi-la, o senador lamentou o contraste entre um Brasil "com moeda estável, inserindo-se na modernidade, avançando na tecnologia e tornando-se mais competitivo para ga-

gar entre as nações mais desenvolvidas" e um outro, onde há "grandes camadas do povo brasileiro famintas, sem escola e com precário ou nenhum atendimento médico, vítimas de uma calamitosa desigualdade".

rantir seu lu-

Ao citar os "lucros astronômicos" anunciados pelos bancos para o primeiro semestre deste ano, Antonio Carlos proclamou a urgência e a responsabilidade dos parlamentares com a promoção de um grande mutirão contra a pobreza, "que venha a reduzir o abismo hoje existente entre a elite e os segmentos mais pobres". Ele destacou que o Congresso não poderá omitir-se.

 A presente proposição suscitou no país um movimento conscientizador que não lhe permite sair da pauta antes de uma solução para o problema da pobreza. Ao trazer minha modesta contribuição ocorre-me que um único aspecto não pode, absolutamente, ser modificado. Trata-se da atuação conjunta do poder público com a sociedade civil. Só essa interação será capaz de compensar eventuais falhas ou descréditos dos entes públicos. A efetiva participação da comunidade, principalmente através das organizações religiosas, não apenas consolidará a nossa democracia, como fará, de milhões de brasileiros, hoje excluídos, verdadeiros cidadãos - concluiu.



### Fundo terá um total de R\$ 6 bi a R\$ 8 bi por ano

Tom a proposta de emenda constitucional que apresentou na manhã de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães deu forma ao Fundo de Combate e Erradicação da ▶Pobreza com o qual pretende apoiar o "mutirão nacional contra a pobreza", proposto em seu discurso. O fundo poderá contar com recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões.

Ao lembrar que "os indicadores sociais brasileiros nos colocam abaixo de países com níveis de renda bem inferiores aos nossos", Antonio Carlos destacou que "o crescimento econômico é, por si só, insuficiente para reduzir o enorme fosso social construído ao longo de nossa história econômica". A intenção do senador é que o fundo ajude a reduzir essas desigualdades, ao longo dos próximos dez anos (a emenda institui o fundo nos exercícios

Formado por parcelas de diversos tributos e contribuições atualmente existentes, o fundo teria por objetivo financiar programas nas áreas de nutrição, habitação, educação, saúde, complementação de renda e "outros programas de relevante interesse social e voltados para a melhoria da qualidade de vida da população", como destaca o parlamentar na justifica-

Antonio Carlos lembrou que "a fórmula de utilizar o crescimento econômico como único meio de combater a pobreza gerou, no Brasil dos anos 70, uma das maiores concentrações de renda do planeta". Ele cuidou, na proposta, de preservar as pessoas físicas da relação de fontes de receitas para formar o fundo. No entanto, se as pessoas físicas quiserem, poderão contribuir voluntariamente para o fundo, deduzindo essa contribuição de sua declaração de Imposto de Renda, em termos que serão definidos na futura regulamentação

Com 13 fontes de receitas explícitas e definidas, entre as quais contribuições oriundas de taxações de produtos de luxo, bebidas e fumo, além das chamadas contas CC-5, que regulam movimentações financeiras para o exterior, o fundo também prevê a possibilidade de vir a contar com outras receitas, a serem definidas na lei que deverá regulamentá-lo. Um Conselho Gestor, formado por representantes da sociedade e sem "qualquer traço de política partidária", propõe o senador, fará a administração e controle das verbas do fundo.

#### Sistema financeiro será fonte de recursos

Os lucros do sistema financeiro serão uma das principais fontes de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com a criação da contribuição social sobre faturamento das empresas, que atingirá as pessoas jurídicas que faturam acima de R\$ 1 milhão mensais. Os consultores legislativos Carlos

Augusto Bezerra e André Eduardo Fernandes, que assessoraram o senador Antonio Carlos Magalhães na elaboração da proposta de criação do Fundo, explicaram que esta foi a única alteração feita em relação ao primeiro esboço, além da eliminação total da contribuição de pessoas físicas.

Na primeira versão, a contribuição abrangia empresas a partir de R\$ 150 mil mensais de faturamento. Foi aumentada também a alíquota, de 0,5 para 1%. De acordo com os técnicos, o resultado das modificações é que será atingido um universo menor, porém muito mais significativo, de contribuintes, incluindo aí as principais instituições financeiras do país.

Ao lado da contribuição social das grandes empresas, o Fundo contará com outras duas fontes principais: 8% do total dos recursos do PIS-Pasep, e 10% das receitas do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). No total, 13 diferentes fontes estão previstas na proposta de emenda constitucional, com estimativa de arrecadação de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões anuais.

## Luta contra miséria entra na ordem do dia, destaca Jader

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), afirmou ontem que o principal mérito do projeto do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de combate à pobreza, foi colocar o tema na ordem do dia do Congresso Nacional. Para ele, a única maneira de se combater a pobreza no Brasil é através do combate aos privilégios, com o que concordou Antonio Carlos.

Segundo Jader, a questão econômica tem monopolizado a pauta do Congresso, e a iniciativa de Antonio Carlos muda esse quadro: "Nem o próprio governo tem conseguido alterar essa pauta e V. Ex<sup>a</sup>, com muito *feeling* político, faz o contraponto e introduz essa discussão tão necessária", afirmou o líder.

Jader lembrou que, apesar da crise econômica que atinge a sociedade



Jader Barball

brasileira, os 42 maiores bancos tiveram no último semestre o maior lucro da história do país. No entanto, com a proposta de Antonio Carlos, o senador entende que a sociedade brasileira não deverá repetir a rainha Maria Antonieta, que durante a Revolução Francesa, debruçada nas sacadas do Palácio de Versailles, diante dos revolucionários, perguntava por que o povo não comia brioches.





ROBERTO FREIRE

#### Medidas compensatórias não bastam

Em aparte concedido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Roberto Freire (PPS-PE) demonstrou ontem descrença com a eficácia da proposta apresentada pelo parlamentar baiano. Para Freire, não se erradica a pobreza por meio de medidas compensatórias, mas somente através de mudanças profundas nos mecanismos que permitem a concentração de renda.

Freire acrescentou que a discussão sobre a miséria faz parte da própria essência das esquerdas e disse que o diagnóstico do problema apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães não é diferente do que é feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a prática do governo, na opinião do senador, privilegia os banqueiros e inviabiliza políticas sociais, ao comprometer quase 40% da arrecadação com o pagamento de encargos da dívida interna.

Retomando a palavra, o presidente do Senado disse lamentar o pessimismo demonstrado por Freire e fez um apelo para que divergências ideológicas não inviabilizem a discussão.



CARLOS PATROCÍNIO

#### Resultados dependem da "união de muitos"

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) parafraseou Tiradentes ao dizer que não é necessária a união de todos para acabar com a pobreza. Para ele, basta a união de muitos. "Se muitos quiserem, a pobreza será erradicada e poderemos fazer deste país uma nação", afirmou.

Patrocínio disse estar feliz por poder participar da luta para diminuir a pobreza no país. O senador lembrou que a retomada do Proálcool e programas como o de reciclagem de lixo também estão contribuindo para a erradicação da pobreza ao criar novos empregos.



OSMAR DIAS

# Coragem de tomar iniciativas diferencia políticos

O que diferencia um político de outro é a coragem de tomar iniciativas. A afirmação foi feita pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) ao elogiar ontem a iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de propor a criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Osmar Dias informou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual é presidente, aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para a realização de audiências públicas destinadas a ouvir o que a sociedade tem a dizer sobre a erradicação da pobreza.

Segundo o senador, num prazo de 90 dias, as audiências serão realizadas na própria CAS e nos estados, e as sugestões serão encaminhadas à Comissão Mista Especial criada pelo Congresso Nacional para reunir e analisar todas as propostas em tramitação na Casa que tratem da questão.



LUIZ OTÁVIO

#### Poder Judiciário deve se somar ao combate

Lembrando que a região amazônica detém um dos maiores índices de miséria do país, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) saudou a proposta de erradicação da pobreza apresentada ontem por Antonio Carlos Magalhães. Ele sugeriu que se busquem formas de também engajar o Poder Judiciário na luta contra a miséria.

 Assim, ao lado do Executivo e do Legislativo, teríamos mais uma força a se somar nesse combate – afirmou o senador.

Luiz Otávio ressaltou também que sente "orgulho de ter um líder como o senador Antonio Carlos, com poder de decisão e disposição para enfrentar grandes desafios".



MAGUITO VILELA

# Erradicação da fome exige vontade política

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) aplaudiu a proposta de erradicação da miséria divulgada ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães, dizendo que resolver o problema da fome no país depende apenas de vontade política. Ele lembrou que, quando governou o estado de Goiás, adotou políticas que tinham como objetivo socorrer com urgência as vítimas da fome.

– O povo não pode esperar – enfatizou Maguito, ao citar números dando conta de que cerca de 50 mil crianças vivem do lixo no país. Defendeu, ainda, a proposta de Antonio Carlos por significar, em sua opinião, uma medida concreta contra a miséria.

O senador por Goiás também ressaltou que o problema da fome é de todo o povo brasileiro e não pode ser uma bandeira exclusiva de qualquer partido político.



SILVA JÚNIOR

#### Bem feito à Bahia se estenderá a todo o país

O senador Silva Júnior (PMDB-PB) disse ter certeza de que o mesmo bem que Antonio Carlos Magalhães fez à Bahia terá oportunidade de fazer pelo Brasil inteiro, através da concretização de seu projeto de erradicação da pobreza e combate às desigualdades sociais

Silva Júnior ofereceu seu apoio ao projeto, garantindo que o titular de sua cadeira, senador Ronaldo Cunha Lima, licenciado por problemas de saúde, também trabalhará pelo êxito da proposta, tão logo reassuma seu posto. Ao agradecer o aparte, Antonio Carlos fez votos de que Ronaldo venha a se restabelecer plenamente, em breve.



MARLUCE PINTO

#### Plenário dá apoio quase unânime ao projeto

Ao registrar seu apoio à proposta apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) destacou que as críticas iniciais que o projeto recebeu da imprensa e de alguns parlamentares resultaram na quase unanimidade registrada em plenário em torno do projeto do presidente do Senado.

Marluce Pinto relatou que na presidência da Comissão para Erradicação do Trabalho Infanto-Juvenil viu situações de miséria e abandono em diversos estados brasileiros. Ela disse que na época ficou frustrada por não ver as conclusões do trabalho serem implantadas. "Agora, com a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, sinto que o nosso trabalho não foi em vão", afirmou.



JOSÉ ALENCAR

#### Sucesso virá com retomada do crescimento

"Não importa a coloração ideológica. O que importa é o bem comum", disse o senador José Alencar (PMDB-MG) ao enaltecer ontem o projeto apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele observou, no entanto, que o combate à pobreza só terá sucesso caso o país volte a crescer economicamente.

Alencar disse que a retomada do crescimento passa pela aprovação da reforma tributária, ressaltando que a iniciativa de Antonio Carlos pode abrir caminho para que um novo sistema tributário seja implantado no país.

Para Alencar, qualquer homem público tem que ter sentimento nacionalista, sensibilidade social e probidade. Essa trilogia, conforme afirmou, encaixa-se perfeitamente no perfil de Antonio Carlos.

# Suplicy pede que proposta seja debatida com "espírito aberto"

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a proposta de criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, do senador Antonio Carlos Magalhães, deve ser debatida com "espírito aberto".



 Alguns poderiam dizer que, sendo do PT, não devia estar dando tanta atenção à proposta de um adversário. Eu disse aos companheiros,

quando decidi dialogar com V. Exa., que se o objetivo é erradicar a pobreza para valer, nós do PT temos que estar abertos a dialogar com quem quer que seja, independente de divergências do passado – afirmou o senador.

Suplicy viu, no discurso de Antonio Carlos, "coisas que muitas vezes estão em nossos (do PT) pronunciamentos". Ele citou como exemplo a referência ao ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que adotou em seu governo uma sistemática de renda mínima que dá apoio às famílias cujas crianças estejam freqüentando a escola.

— A idéia de um fundo para combate e erradicação da pobreza guarda relação com o Fundo Brasil de Cidadania, que eu propus no ano passado. Podemos aperfeiçoá-la, talvez trazer elementos de minha proposta, que tem inspirações de Thomas Payne e James Tobbin.

Referindo-se a sua proposta de garantia de renda mínima, Suplicy lem-



Eduardo Suplicy

brou que essa idéia vem ganhando apoio e vem sendo adotada em quase todos os países desenvolvidos. Para ele, é importante implementar um modelo que venha estimular o trabalho das pessoas, mas assegurando o mínimo para sua subsistência.

Suplicy referiu-se ainda às objeções à iniciativa de Antonio Carlos colocadas pelo seu colega de oposição, senador Roberto Freire (PPS-PE). Ele lembrou que o próprio Karl Marx dizia que numa sociedade mais amadurecida seria dado "a cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com sua necessidade".

Antes de encerrar seu aparte, Suplicy pediu a Antonio Carlos que, se a base do governo puder abrir mão de sua maioria regimental, a senadora Marina Silva (PT-AC), como autora do requerimento, seja indicada para a presidência ou a relatoria da comissão mista criada para estudar as propostas que tratem da erradicação da pobreza.

Não posso levar esse apelo a nossos colegas por se tratar de problema regimental. Se quisermos fazer as coisas claras, a primeira coisa a fazer é cumprir o Regimento disse Antonio Carlos, que agradeceu a compreensão, a boa vontade e a erudição de Suplicy.

#### Senador assina emenda

Ao final do discurso do senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) interveio novamente para comunicar que estava assinando a proposta de emenda constitucional apresentada pelo parlamentar baiano.

Suplicy disse que aderia à proposta por considerá-la uma importante contribuição para a redução das desigualdades do país. Ponderou, entretanto, que era preciso incluir medidas que permitam a redistribuição das terras, pois o fim da miséria dependeria de uma efetiva reforma agrária.

Respondendo à comunicação de Suplicy, Antonio Carlos disse que se sentia "gratificado" e que a postura do senador de oposição era um "bom exemplo" de como se pode fazer um debate sobre a questão da fome.



MARINA SILVA

#### Comissão Mista ouvirá sugestões da sociedade

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem, em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, que o importante não é o passado, o que poderia ter sido feito ou quem é o "pai da criança". "Antes tarde do que nunca o governo assume no Congresso Nacional a ineficiência das suas políticas públicas. Foi preciso um membro da base de sustentação do governo assumir publicamente essa falha", assinalou a senadora .

Marina disse que, ao ouvir a proposta de Antonio Carlos para a criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, pensou imediatamente em criar mecanismos para que a iniciativa tivesse conseqüência dentro do Congresso Nacional. O resultado foi a criação da Comissão Mista Especial encarregada de reunir e analisar todas as propostas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado que tratem da erradicação da pobreza ou visem reduzir as diferenças sociais e regionais.

A comissão, lembrou a senadora, poderá convocar a CNBB, a comunida-

de científica e técnicos para ajudar na análise das propostas e na elaboração de sugestões. "Se a comissão fracassar, é porque era só retórica", assinalou. Marina salientou que falar de pobreza, no caso dela, não é nenhum mérito, pois a conhece de perto. Para ela, o senador Eduardo Suplicy, por ser de uma classe social superior, é que foi além da própria obrigação ao dedicar-se a erradicar a miséria no país.



ROBERTO SATURNINO

#### Ricos devem pagar mais impostos

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ressaltou ontem, em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, que a concentração de renda é da natureza do capitalismo. "Por isso, a redução da pobreza precisa incluir o

sacrifício das 'elites endinheiradas' do país, através de alíquotas diferenciadas de Imposto de Renda. Foi o que a social-democracia européia fez e conseguiu uma redistribuição de renda na região", afirmou.

Segundo Saturnino, no Brasil a classe média paga muito imposto, inclusive de renda. "Mas os verdadeiramente ricos quase nada pagam. É preciso taxar mais a pessoa física de grande fortuna, e não as empresas, porque elas acabam repassando seus impostos para seus produtos e serviços e, no final, é a população em geral que paga a conta", salientou.

O senador pelo Rio de Janeiro disse que o êxito de um programa de erradicação da pobreza está intimamente ligado a modificações na política econômica do governo. "O sistema presidencialista impõe essa dependência", reconheceu Saturnino.



ANTONIO CARLOS VALADARES

#### Solução do problema requer vontade política

O ataque à pobreza é um assunto da mais alta relevância, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao cumprimentar o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por iniciar a discussão sobre o problema. Valadares disse que a região Nordeste, à qual pertence, é uma das mais atingidas pela miséria, acrescentando que falta vontade política ao governo para solucionar o problema.

Valadares disse, ainda, que o governo fala da transposição do rio São Francisco como se fosse resolver todos os males, sem atinar para a gravidade da situação. Antonio Carlos agradeceu o aparte e salientou que no combate à pobreza tem de haver um estudo sério por parte do governo em relação ao aproveitamento hídrico dos rios do Nordeste.



JOSÉ EDUARDO DUTRA

#### Congresso fica livre de agenda do governo

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o maior mérito da proposta divulgada por Antonio Carlos Magalhães é o de libertar o Congresso da agenda imposta pelo governo. "Se o projeto obtiver resultados, poderá até contribuir para modificar a política econômica do governo que é, em boa parte, responsável pela pobreza do país", disse Dutra.

Segundo o senador, não é possível melhorar o bem-estar da população quando o governo gasta R\$ 60 bilhões ao ano em pagamento de juros.

Ao responder, Antonio Carlos disse desejar que o combate à pobreza represente um denominador comum entre todos os setores da sociedade, inclusive o governo. "Mas, se o governo tiver um peso negativo para o êxito da proposta, vamos levá-la adiante, sem o governo", garantiu.



BERNARDO CABRAL

# Críticas partem de grupos sem sensibilidade social

Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), as críticas endereçadas ao presidente do Senado pela apresentação de um projeto destinado a erradicar a pobreza no país partiram de pessoas ou grupos que não tiveram a sensibilidade de "pegar a bandeira" e anunciar à nação uma saída de combate à fome e à miséria.

O senador, ao enaltecer a proposta de Antonio Carlos, frisou a necessidade de o país acabar logo com a injustiça social, começando com o firme combate à pobreza, conforme prega o projeto do presidente do Senado. "A pobreza leva à fome, sendo a causadora de todos os nossos problemas sociais", disse Bernardo Cabral.



**CARLOS WILSON** 

#### Dom Hélder também não teve unanimidade

Ao falar sobre o projeto de Antonio Carlos Magalhães, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) lembrou os ideais de dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife que dedicou sua vida ao combate à pobreza no Brasil. "Não se importe com algumas críticas que venha a receber, pois nem mesmo dom Hélder obteve a unanimidade em suas campanhas para minorar o sofrimentos dos mais pobres", disse.

Wilson aplaudiu a sensibilidade de Antonio Carlos ao tratar de um problema que afeta cerca de um terço da população brasileira. "Louvo também sua coragem de propor a todos os congressistas um debate aberto", afirmou.

Ao responder, emocionado, ACM disse que "não poderia receber nenhuma homenagem maior do que a invocação de dom Hélder nesse momento, um homem glorificado que nunca pôde obter o reconhecimento pleno da sociedade brasileira, por ter sido sempre injustiçado".



**GERALDO MELO** 

#### ACM aborda o grande desafio nacional

Para o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), a iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães de combater a pobreza promove o reencontro do Congresso Nacional com a sociedade brasileira, especialmente as classes menos favorecidas. O presidente do Senado, segundo Geraldo Melo, percebeu o clamor da população e apresentou um projeto destinado a acabar com a pobreza e a miséria, que é o grande desafio nacional deste momento:

– É necessário que a sociedade veja o Parlamento brasileiro como uma instituição destinada a servir à população – disse Geraldo Melo, para quem a proposta de Antonio Carlos demonstra que o Congresso Nacional está atento aos grandes problemas nacionais. No entender do senador, o presidente do Senado merece o aplauso de todos os brasileiros, "já que prestou mais um relevante serviço ao país."



AGNELO ALVES

#### Projeto imprime feição social ao Congresso

Agnelo Alves (PMDB-RN), que assumiu esta semana na vaga de Fernando Bezerra, disse que se sentia gratificado por chegar ao Senado no momento em que seu presidente apresentava um projeto para erradicar a pobreza. "V. Exa. está dando uma sacudidela no Senado e imprimindo uma feição social ao Congresso Nacional."

Ele também congratulou a senadora Marina Silva (PT-AC), autora da proposta para a criação de uma comissão mista destinada a discutir os projetos em tramitação no Congresso que combatem a pobreza. "Fui um dos primeiros a assinar o requerimento", disse Agnelo Alves.

# Arruda diz que discussão é parte da agenda positiva



ontem à proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, o líder do governo no Senado, José Roberto Ar-

ruda (PSDB-DF), afirmou que "esse é um item típico da agenda positiva". A iniciativa do presidente do Senado, disse Arruda, vai mostrar ao homem comum que o Congresso está preocupado com os problemas nacionais.

Arruda lembrou que, na Comissão Mista Especial criada para analisar todos os projetos que tratam da erradicação da miséria, partidos políticos, oposição e governo, poderão dar sua contribuição para ajudar a resolver um dos maiores problemas nacionais. Ele parabenizou Antonio Carlos por ter colocado a pobreza na pauta do Congresso, mas fez um reparo às declarações de



José Roberto Arruda

que a política social do governo tem sido tímida.

O líder do governo citou como exemplo o caso do DF, onde o governador Cristovam Buarque fez uma administração voltada para as questões sociais, mas, ao fim do seu mandato, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que os problemas sociais haviam crescido em Brasília. "Eu, no entanto, prefiro ver o lado positivo da questão", disse ele.



#### Senador mostra ter visão de homem público

Solidário à proposta, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ontem que quando Antonio Carlos Magalhães empunha a bandeira de acabar com a pobreza o faz na condição de homem público de larga visão.

Para o senador, com a proposta "a chama da esperança volta a aquecer o coração de milhões de brasileiros", motivando a todos para o enfrentamento "dessa mazela social que aflige uma parcela considerável da população brasileira". Ele lembrou que seu estado fica na região Norte que, com o Nordeste, apresenta os índices mais elevados de pobreza no país.

Quintanilha ressaltou que uma das formas de eliminar a miséria é combatendo a concentração de renda e protegendo as pessoas que não têm a quem recorrer. Antonio Carlos agradeceu o apoio de Quintanilha e do seu partido, considerando sua manifestacão de alto valor.



HUGO NAPOLEÃO

#### Proposta é ponto de partida para se buscar solução

Na opinião do senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, o senador Antonio Carlos Magalhães demonstrou humildade e grandeza ao dizer que a proposta apresentada ao plenário ontem não está acabada, e sim "sujeita ao diálogo e à controvérsia, com a finalidade de que se chegue a um denominador comum":

 Não é necessária celeuma. A proposta é o ponto de partida para chegarmos a algum lugar em favor das populações marginalizadas – afirmou Napoleão, incumbido pela comissão executiva nacional de seu partido de falar sobre a proposta.

Napoleão também destacou a oportunidade na apresentação da proposta de Antonio Carlos, que pode ser discutida em conjunto com a reforma tributária.

Antonio Carlos agradeceu as palavras de Napoleão, e ao partido.



JOSÉ AGRIPINO

#### Sinceridade de **ACM** convenceu a população

Lembrando que o tema da pobreza é antigo, o senador José Agripino (PFL-RN) observou que faltava alguém que tivesse coragem para tomar a iniciativa de tentar erradicá-la. Agripino disse que a chance de um projeto ter êxito no Congresso Nacional é proporcional à força dos seus argumentos e à autoridade de quem o propõe. O senador acredita que a sinceridade com que Antonio Carlos Magalhães apresentou a idéia convenceu a população da seriedade da proposta.

Para Agripino, Antonio Carlos tem argumentos, autoridade e coragem para tocar o projeto adiante e já disse que não deseja que a iniciativa seja apenas sua, mas de todo o Brasil. Agripino ressaltou também a preocupação de Antonio Carlos com os excluídos.



ROMEU TUMA

#### Fome ameaça mergulhar país na crise social

"Na hora em que o país atravessa um período difícil, Vossa Excelência traz ao debate um assunto que realmente aflige a sociedade brasileira", afirmou o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao manifestar seu apoio à proposta. Ele disse que se não for encontrada uma solução para o problema da fome, o Brasil poderá viver uma crise social.

Tuma elogiou a iniciativa, dizendo que a proposta é fruto do vigor político e físico do presidente do Senado, aliado ao que ele aprendeu e viu durante toda a vida, a começar pelas aulas e estágios de medicina, onde aprendeu o que a fome pode causar à saúde das pessoas. "Hoje, Antonio Carlos pode, com seu poder de decisão e sua força interior, tentar trazer uma solução definitiva para acabar com a fome", com-



SEBASTIÃO ROCHA

#### Rocha quer plano de metas para enfrentar questão

Caso participe da comissão que vai estudar as propostas para combate à pobreza, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que vai contribuir para que seja estabelecido um plano de metas para o Brasil no campo social:

- Temos que definir quais os principais problemas do país. Se for a fome, que sejam definidos metas e recursos para que se possa alimentar o povo brasileiro, como fez a China – afirmou.

Ressaltando não gostar de expressões como combate ou erradicação da pobreza ou da fome, por soarem populistas, o senador colocou-se à disposição para debater a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães de encontrar soluções para a miséria:

- Toda causa nobre deve ter aliados. Pode incluir-me como aliado nesta causa para reduzir a pobreza no nosso país afirmou.



#### Luta contra as desigualdades é tema do século

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) destacou, em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, os contrastes sociais no Brasil, onde pessoas morrem por inanição, enquanto outras morrem por excesso de comida.

Estevão lembrou que a humanidade alcançou um importante estágio de desenvolvimento, com avanços na área da medicina e da tecnologia que possibilitaram a melhoria da qualidade de vida da população. Lamentou, entretanto, que muitas pessoas ainda estejam excluídas dos benefícios desse desenvolvimento:

- Por isso, a luta contra as desigualdades sociais constitui o tema mais importante nesse final de século – afirmou. Ele elogiou a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães e disse que "os parlamentares têm agora a oportunidade de dar a maior contribuição possível ao povo brasileiro, que é acabar com a miséria".



LEOMAR QUINTANILHA

### "Há melhor investimento do que combater a pobreza?"

Eis a íntegra do discurso do senador Antonio Carlos Magalhães na sessão de ontem:

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores: "Uma única oração dirigi a Deus, nos últimos tempos, e muito curta: Ó Senhor, faze com que meus inimigos se tornem ridículos" (Voltaire). E Deus me tem atendido Como cantou o genial Raul Seixas, eu poderia atualizar seus versos dizendo que "eu devia estar contente porque tenho um emprego, sou um dito cidadão respeitável e ganho sete mil reais por mês. Eu devia agradecer ao Senhor por ter sucesso na vida como político. Eu devia estar alegre esatisfeito por morar em Salvador, na minha amada Bahia". Mas não. Ainda com Raul Seixas, eu digo: "Eu tenho uma porção de grandes coisas para conquistar. Eu não posso ficar aí parado".

Ao longo da minha atuação política, veio-me algumas vezes apontado como responsável por debates de larga ressonância, embora sob o descrédito de alguns que teimam em subestimar aquilo que acredito ser verdade cristalina. Limitando-me ao passado recente, permitome lembrar a CPI do Judiciário, que já produziu resultados positivos mesmo estando ainda inconclusos os seus trabalhos. Relativamente às apurações procedidas nas obras realizadas no TRT/SP, o Tribunal de Contas da União condenou, inicialmente, os responsáveis a devolver aos cofres públicos a quantia de R\$ 167 milhões.

Em Pinhalzinho, José Virgílio Fraga dos Santos devia 370 cruzados novos ao Banespa, em dezembro de 87. Processado, pelos cálculos das sucessivas sentencas judiciais, teria que pagar, hoje, mais de um trilhão de reais. O fato foi denunciado à CPI. A TV Globo a purou e fez ampla reportagem a respeito. E o banco reduziu a dívida para R\$ 45 mil. Absurdos como este existem, e muitos, mas a CPI não pôde entrar no mérito de sentenças judiciais.

Casos de destituição de pátrio-poder ocorridos em SP, que chocaram a população, foram solucionados pela Justiça, que determinou a devolução de crianças a suas famílias. Em Brasília, um processo de inventário que levou o único herdeiro, uma crianca, a propor diversas acões contra atos autorizativos de venda de seu patrimônio, teve decisão da Justiça local determinando a anulação da venda do principal bem do espólio. Tenho informações segundo as quais processos paralisados há anos, alguns sem sequer distribuição, começaram a andar celeremente e muitos já foram julgados. Não se aprofundou mais na apuração de denúncias

contra tribunais por uma pretensa ordem legal que impede que se investiguem mazelas ainda maiores do que as que já foram levadas ao conhecimento público. O Brasil viu e ouviu estarrecido, há 48 horas, as incríveis acusações de um juiz a desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que, além do escândalo de nomearem incorretamente dezenas e dezenas de parentes para o tribunal, não se contentaram e promoveram a venda de sentenças em julgamentos ali processados.

Além dessa denúncia, milhares de outras chegaram ao nosso conhecimento e, como não houve tempo de apurálas, faremos com que sejam publicadas como parte inte-grante do relatório final da CPI e encaminhadas aos órgãos competentes para as providências cabíveis. Assim, estaremos dando uma satisfação àqueles que as envia-ram e à sociedade como um todo. Poderia aqui elencar dezenas de outros efeitos da criação da comissão, mas restrinjo-me a acrescentar apenas um, por nos envolver mais diretamente como responsáveis pelas mudanças a serem alcançadas nessa área: a reforma do Iudiciário cuja tramitação foi iniciada pela Câmara dos Deputados.

Agora, levanto a discussão do combate à pobreza. Sei que não estou inovando. A miséria de grande parte do nosso povo é secular. De fato, a própria Constituição, em seu art. 3º, dizque um dos quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais". Propomos, para debate, a criação de um fundo específico para viabilizar ações tendentes a erradicar a pobreza em nosso país. Os nobres pares, como de resto toda a classe política e a sociedade brasileira, estarão a indagar o porquê dessa iniciativa e o

motivo pelo qual ela se dá neste exato momento. Impõe-se admitir, de início, que toda hora é adequada a iniciativas que envolvam este tema, especialmente quando a pobreza alcança patamares tão elevados que constrangem os cidadãos, de maneira geral, e, particularmente, os homens públicos, sobre os quais pesa grave responsabilidade pelos destinos da nação. Quanto aos motivos que me levam a propor essa tarefa e esse propósito, eles falam por si, pois que manifestamente expli-citados pela mídia e testemunhados pelo mais desatento cidadão na sua vida cotidiana.

Refiro-me ao sofrimento diariamente infligido a  $40\,$ milhões de brasileiros por uma situação de miserabilida de que nos envergonha e que deslustra os resultados de uma política econômica que tem sido conduzida com austeridade e competência. A existência de 40 milhões de irmãos nossos vivendo em condições de absoluta pobreza é especialmente frustrante se levarmos em conta que o Brasil não é um país pobre; que nos situamos entre as dez nações com maior Produto Interno Bruto do planeta. Temos um parque industrial diversificado e uma economia estável; poucas nações rivalizam com a nossa em riquezas naturais; e, principalmente, nossa economia tem crescido de forma regular e contínua, sem, contudo, me-lhorar satisfatoriamente os indicadores sociais. Infeliz contraponto aos nossos êxitos na área econômica, o Índice de Ĝini obtido pelo Brasil, de 0,59, atesta uma das piores

concentrações de renda do planeta. Senhoras e senhores, chegou o momento de agir. Não me perguntem por que. O que não quero é que seja amanhã. Será possível alguém ficar insensível às pessoas que dormem embaixo de viadutos, nas calçadas, com frio e sem agasalho, com fome e sem a perspectiva de alimento? Com o desemprego que leva ao desespero e ao crime que confrange os que vêem, mas cuja situação não é mudada nem mesmo pelo medo do que poderá acontecer com o faminto, com o miserável diante da recusa, e mais do que isso, da ostentação dos que, cons-

Isso existe no meu Nordeste. na minha terra, mas também no Sudeste, pretensamente rico, mas pouco solidário com os pobres. A nossa cruzada é essa: acabar, se possível; diminuir, com certeza, esse sofrimento imposto à nossa gente, não por caridade, mas por obrigação. E não foi sem razão que um padre, no domingo passado, na Igreja de São Judas Ta deu, em São Paulo, assim se referiu no Ato Penitencial: "Irmãos e irmãs, a fome existente, hoje, no mundo, é uma vergonha e é uma afronta a Deus, que enviou seu Fi-

se aterrorizam com o quadro?

lho ao mundo para que 'todos te-nham vida e vida em abundância'. Como alguém pode ter vida sem ter o que comer? Diante deste pecado roguemos a Deus seu perdão e sua misericórdia".

A proposta pretende, por meio de transferência da renda e de outras providências, minimizar esse cenário de dantescas contradições. Vemos, de um lado, o Brasil, com moeda estável, inserindo-se na modernidade, avançando na tecnologia, adequando-se ao irreversível processo de globalização e tornando-se competitivo para garantirseu lugar entre as nações mais desenvolvidas. De outro, temos grandes camadas do povo brasileiro famintas, sem escola, e com precário ou nenhum atendi-mento médico, vítimas de uma calamitosa desigualdade. Enfim, sem nenhuma esperança.

Quero ressaltar que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem manifestado uma constante preocupação com a pobreza e tomado providências no sentido de reduzi-la. Em outubro de 1998, em Portugal, na 8ª Reu-nião da Cúpula Ibero-Americana, S. Exª. sugeriu o estabelecimento de uma taxa sobre os fluxos de capital de curto prazo tal como proposta pelo economista James Tobin. Essa taxa seria cobrada de todo o movimento de capitais que ultrapassasse fronteiras, o que corresponde a um fluxo hoje avaliado em cerca de 1 trilhão e 200 bilhões de dólares/dia. Uma parte seria utilizada para a criação de um fundo de estabilização eventualmente à disposição do Fundo Monetário Internacional e outra poderia ser destinada ao Banco Mundial para programas de combate à pobreza. Interessante lembrar que nos Estados Unidos, a nação mais rica e poderosa do mundo e que atravessa uma fase excepcional de desenvolvimen-to econômico, o governador George Bush, candidato à Presidência pelo Partido Republicano, anunciou que, se eleito, criará um fundo de combate à pobreza, para o qual prevê bilhões de dólares.

Não pretendo ser candidato à Presidência da República e sim ao Senado. Dou esse exemplo para mostrar que a preocupação com a pobreza está presente, também, na consciência de pessoas responsáveis nos países ricos. A proposta que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza coincide com a divulgação do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Pnud. No relatório deste ano, que reflete os dados colhidos em 1997, em 174 países, o Pnud observa que o crescimento econômico, por si, não melhora a qualidade de vida das pessoas. Que a desigualdade de acessos à educacão, à saúde e ao atendimento das demais necessidades básicas dos indivíduos ocorre mesmo nos países conside-rados desenvolvidos; que a concentração de renda tem crescido em todo o mundo; e que a globalização põe à mostra o aumento das desigualdades, o que levou o presidente Fernando Henrique a criticar, com toda razão, o perfil assimétrico desse processo de integração na eco-nomia mundial que, até agora, tem beneficiado poucos, em detrimento da grande maioria.

Éforçoso reconhecer, e assim procede o Pnud, que os indicadores sociais, seja em decorrência de políticas públicas, seja em razão dos avanços tecnológicos, apre-sentaram sensíveis melhoras nas últimas décadas. O que nos angustia é saber que a produção de riquezas não se fez acompanhar, na mesma proporção, de melhorias na qualidade de vida para as grandes camadas populacionais. No caso brasileiro, particularmente, aflige-nos constatar que, detentores de um Produto Interno Bruto de 784 bilhões de dólares e de uma renda *per capita* de 6 mil 480 dólares—superior, portanto, à média mundial, de 6 mil 332 dólares—nossas melhorias na área social têm sido insuficientes no combate à pobreza.

Sei do interesse das autoridades brasileiras em resolver o assunto, neste e em outros governos. Há avanços? Sim. Mas, em relação à pobreza, muito pequenos. No relatório do Pnud, por mera questão metodológica, nossa classificação relativa aos Índices de Desenvolvimento Humano despencou da 62ª posição para a 79ª. Na verdade, nossas condições sociais não pioraram, mas apresen taram pequena evolução. O analfabetismo adulto de cresceu de 16,7% para 16%; e as taxas de matrícula au mentaram de 72% para 80%, revelando aí, sem dúvida, o efeito dos notáveis esforços empreendidos nessa área pelo governo Fernando Henrique. No setor saúde, o cri-tério básico observado pelo Pnud — expectativa de vida apresentou ligeira melhoria, com o aumento de 66,6 para 66,8 anos. Esse acréscimo de tempo à vida média do brasileiro, reconheçamos, foi pouco, especialmente se considerarmos as inovações tecnológicas que se vêm

"Temos que passar

do desejo para a

realidade, pela

nossa vontade,

pela nossa

coragem, pela

nosso espírito de

solidariedade"

sucedendo na área médica. Finalmente, a renda *per capita*, de 6.480 dólares, foi a 63ª dos 174 países pesquisados. É lícito concluir que essa ren-

da, somada ao potencial de nos sas riquezas naturais e à pujança de nossa força de trabalho, nos permitiria ostentar invejável posição na classificação do Pnud – o que não acontece, entre outras razões pela concentração da renda. Bas tando dizer que os 20% mais pobres da nossa população usufru-emde apenas 2,5% da nossa riqueza, enquanto os 20% mais ricos abocanham 63,4% dela. Essa situação de desigualdade, vale obser-

var, dá-se setorial e regionalmen-te, o que acentua ainda mais o modelo concentrador de renda. O pesquisador Antônio Vieira dos Santos, em es tudo que tomou por base o relatório anterior do Pnud, constatou que os valores do IDH eram decrescentes à medida em que se deixava o Sul do país em direção aos estados nordestinos. Polarizavam, assim, o Rio Grande do Sul, com o índice de 0.871, e a Paraíba, com 0.466 Registrou o pesquisador que o quadro de desigualdades se agravava com a existência de outros fatores agrega dos à definição de pobreza, com preponderância dos fatores gênero e raça. Ao mesmo tempo, chamava a atenção o fato de a pobreza se concentrar nos grandes aglomerados urbanos, ao contrário do que ocorria há algumas décadas, como consequência do processo de industrialização e do êxodo rural. Na região metropolitana de São Paulo, em que pese a forte economia daquela unidade federada, a condição de pobreza afetava nada

menos que 5 milhões de pessoas. Haverá, talvez, quem ainda questione se a concentração de renda não favorece o crescimento, por estimular a poupança e o investimento, uma vez que as camadas populares, tendo sua renda aumentada, não conseguem poupar tanto quanto as elites. Outros teóricos dirão que no médio prazo, não havendo incremento da demanda, os investimentos estarão fadados ao insucesso, visto que não temos ainda competitividade bastante para expor-tar em larga escala. Essa discussão, senhoras e senhores senadores, pode atrair economistas e burocratas, mas para nós está ultrapassada. Afinal, se não vai democratizar as oportunidades e estender seus benefícios aos gran des contingentes populacionais, o crescimento econômico não se justifica.

Por outro lado, insisto, repito, os meninos de rua, o desemprego, as filas nos hospitais, a violência que não conhece limites e que mata prematuramente nossos

ovens estão a evidenciar a necessidade de uma efetiva ação contra a pobreza e a exclusão social. Até quando faremos de conta que não estamos vendo os menores, empurrados para a delingüência, eque compõem um quadro triste e revoltante em todas as grandes cidades do país? São os "nossos guris", para os quais Chico Buarque chamou a atenção com sua poesia irônica, humana e magistral. Para isso, é preciso acreditar no poder de nudar as estruturas sociais, tarefa hercúlea, é verdade, mas não impossível. Nosso povo, participati-vo, consciente e, mais que tudo, ex-tremamente solidário, é o maior

trunfo de que dispomos. E um exemplo de que isto é possível é a experiência positiva, no Distrito Federal, do governador Cristovam Buarque, com a bolsa escola.

Não vou desperdiçar tempo em contestar aqueles

que me criticam de maneira preconceituosa, sem apre sentar alternativas ou caminhos que possam solucionar ou minimizar os graves problemas decorrentes da pobreza e da fome. Prefiro ficar com o embaixador Rubens Ricupero, quando afirma, em matéria publicada na Folha de S. Paulo de lº de agosto passado: "Antes tarde do que nunca: é bom que finalmente o maior problema brasileiro entre para a agenda nacional. Não é tão encorajador que o debate ameace resvalar para o estéril domínio pessoal e se caracterize muito mais por confusão e recriminações que conhecimento de causa'

E cumprimento o economista José Márcio Camargo quando aborda aspectos relevantes à análise de nossa situação social, manifestando-se, em seu artigo publica do pela revista *Opinião*, de 29/7/99: "O Brasil gasta, todos os anos, 21% do PIB nos setores sociais... Se o país gasta tantos recursos nesses setores, e a necessidade de recursos para eliminar a pobreza é tão inferior a este total, por que a pobreza não é eliminada? Simplesmente porque os recursos gastos nas áreas sociais são apropriados pelos não-pobres e não pelos pobres". Em editorial, a *Folha de S. Paulo* teceu comentários

que valem ser relembrados, até pela anterioridade em relação a este meu pronunciamento. De acordo com a opinião daquele jornal, em 22 de setembro de 1998 'foi lançado o programa de renda mínima no âmbito federal. Trata-se de um plano de complementação de renda para famílias pobres, com crianças na escola. O projeto foi aprovado no final de 97, pelo Congresso, e resgatado pelo governo federal durante a maré baixa das pesquisas eleitorais, em junho. O programa é de alcance modes-to". Mesmo que limitada, tal iniciativa pode ser a base de um debate sobre como podem ser obtidos os recursos para ampliação do programa. Mas não é admissível que cerca de 30% das famílias sejam pobres, não tenham recursos para comer adequadamente e permaneçam sem assistência decente. E conclui a mesma *Folha de S. Paulo*. "Levará tempo

para que políticas de desenvolvimento, ora inexistentes, dêem conta de incluir no mercado nacional populações historicamente à margem da economia. É necessário, nesse ínterim, um plano de assistência. Trata-se de uma tarefa que começa com as reformas tributária e fiscal e continua com decisões políticas sobre como distribuir mais equanimemente os fundos públicos, mas é uma tarefa para ontem". É a Folha de S. Paulo que reconhece a necessidade de um plano urgente de assistência aos po bres e miseráveis.

Em outro editorial, a mesma Folha de S. Paulo assim conclui seu pensamento: "A opinião dominante, repitase, é que pouco haverá a oferecer além de paliativos enquanto o país não crescer. Mas o país cresceu por décadas, cresceu mesmo nos primeiros anos do presente governo, e a distribuição de renda não melhorou. En nto isso, nada de transferência de renda, nada de solidariedade social, pois, a longo prazo, o crescimento sus tentável dará conta dos famintos, ignorantes e doentes. A longo prazo, porém, eles estarão mortos, e mortos depois de muito sofrimento".

O ministro da Fazenda, meu ilustre amigo, manifes-tou-se pela inviabilidade da proposta de emenda que ora submeto à apreciação da sociedade. Declarou que não se resolvem assuntos dessa ordem com uma simples canetada. Ministro, nem que seja com canetada! Por menos nítidas que lhe pareçam as cores desse quadro de miséria, alguém tem que se mostrar sensível a uma realidade que nos exige uma ação pronta e eficaz. Aliás, para aferir a situação de pobreza, eu perguntaria ao meu querido amigo ministro Malan se, em cinco anos de governo, ele rece beu um pobre em seu gabinete? E mais, quantos foram lá para falar de enriquecimento, esquecidos da obrigação de diminuir a pobreza?

Mas não são essas as características da nossa gente, o povo brasileiro é autenticamente solidário, e esse sentimento ficou demonstrado quando o sociólogo Herbert de Souza, "Betinho", com sua tenacidade, o convocou em 1993 para desencadear um movimento social de dimensões nunca antes alcançadas: a "Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida", que se tornou conhecida popularmente como "Campanha da Fome". A verdade é que os governantes sozinhos, sem o engajamento popular, jamais conseguirão extinguir os grandes bolsões de

"A pobreza alcança

patamares tão

elevados que

constrangem os

cidadãos, de

maneira geral, e,

particularmente, os

homens públicos"

fome e de miséria.

Apesar da pobreza em que vivem milhões de brasileiros, temos condições excepcionais para promover um grande mutirão que, acima de quaisquer ideologias e de interesses menores, nos leve a duradouras mudanças Propostas existem, e muitas, e boas. O desejo do governo de encontrar soluções existe. Agora temos que passar do desejo para a realidade pela nossa vontade, pela nossa coragem e pelo nos so espírito de solidariedade.

Nessas circunstâncias, e com essa convicção, é que trago à apreciação deste plenário a pro-

posta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Objetiva erradicar a pobreza no Brasil, num prazo de dez anos, por meio de ações suplementares que venham a melhorar as condições de vida das populações carentes e, ao mesmo tempo, promover uma transferência de renda que venha a reduzir o abismo hoje existente entre a elite e os segmentos mais pobres.

Temos condições de atender, simultaneamente, os objetivos de curto e de longo prazo no combate à miséria, por meio de instrumento fiscal, que possibilita inter-vir na estrutura social, sem descurar das medidas de emergência que a situação impõe. As receitas do fundo serão formadas por parcelas de tributos diversos, podendo as-segurar recursos da ordem de 6 a 8 bilhões de reais por ano. A propósito dessas receitas, tenho visto comentá rios os mais diversos e algumas críticas prematuras. Evi-dentemente, iniciativas dessa natureza, e de tão longo alcance, não estão imunes a críticas. Entendo que even tuais críticas não a invalidam—antes, podem somar para aperfeiçoá-la, excetuadas aí, naturalmente, aquelas re parações precoces e mal fundamentadas.

Diz-se, por exemplo, que o uso de recursos oriundos do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) implicaria a reducão das verbas destinadas a áreas como saúde e educação. Ora, é do conhecimento geral que o FEF não está sendo direcionado exclusivamente para os programas sociais, como se pretendia, conforme constatou o TCU, no exame das contas do exercício de 1998. Seus recursos, em grande parte, se perdem na burocracia, enquanto esta proposta devolve aos municípios os recursos reti-rados pelo tributo. Quanto aos 3% que viriam do Imposto de Importação, alega-se que poderiam reduzir o montante dos investimentos federais. Ora, haverá melhor investimento do que combater a

pobreza e a exclusão social, melhorando, por conse guinte, os níveis de demanda interna? É bom atentar, igualmente, para o fato de que esse tributo, muito mais do que engordar a arrecadação, visa controlar a entrada de mer cadorias estrangeiras no país. Dada a grande quantidade de bens de luxo taxados por esse tributo, a vinculação prevista na proposta que trago à apreciação dos nobres colegas configura, exatamente, a transferência de renda que tanto apregoamos.

A parcela de 20% dos recursos destinados pelo PIS/

Pasep ao BNDES, que é um patrimônio do trabalhador eque passariam a formar o fundo, é exemplar. Diz-se que a ação do BNDES é fundamental para a geração de novos empregos, mas o financiamento das privatizações, até o momento, não tem resultado em efetiva geração de postos de trabalho. Além disso, em que pese a necessidade de gerar empregos, não se pode descurar da própria sobrevivência do trabalhador brasileiro.

Algumas das críticas recentes são voltadas para o adicional de 10% no Imposto sobre Produtos Industria-lizados e sobre serviços de luxo a serem definidos na regulamentação da lei, bem como no IPI sobre fumo e bebidas. Essa taxação, atingindo setores restritos da economia, afetaria somente os produtores e consumidores de produtos e serviços supérfluos, vale dizer, pessoas de alto poder aquisitivo. Com relação ao fumo e às bebidas alcoólicas, não custa lembrar que esse gravame é uma tendência mundial, dados os malefícios por eles ocasionados à saúde. Não custa lembrar, igualmente, que os tratamentos de cirrose ou de enfisema custeados pelo Ministério da Saúde são caríssimos, desviando-se, para eles, recursos que poderiam salvar milhares de gestantes e de recém-nascidos.

Poderia enumerar mais algumas dezenas de motivos que justificam a formação do Fundo de Combate e Erra-dicação da Pobreza. No entanto, reafirmo que, em hipótese alguma, tive a intenção de fazer desta proposta uma obra acabada. Antes, quero estimular o debate enrique cedor, provocar os diversos grupos sociais a contribuírem com suas idéias para que o fundo, de fato, se torne obra não de um senador ou do Congresso, mas do povo brasileiro. Não faço questão de ser o seu autor. Desejo que todos os partidos com ela colaborem. No esboço do projeto de lei complementar, que será apreciado após a aprovação da proposta de emenda que hoje apresen-to, idealizo a constituição de um conselho gestor sem qualquer traço de política partidária. Entretanto, argu-mentos ponderáveis, inclusive de que as maiorias sempre fazem os dirigentes do país e das Casas do Congresso, levam-me a acolher outras sugestões de modelo, no mo-mento adequado. Mas, que aqui fique registrado que a presente proposição suscitou no país um movimento conscientizador que não lhe permite sair da pauta antes de uma solução para o problema da pobreza. Ao trazer minha modesta contribuição a este plená-

rio e ao cenário nacional, ocorre-me que um único aspecto, em toda a proposta, não pode, absolutamente ser modificado. Trata-se da atuação conjunta do poder público com a sociedade civil. Só essa interação será capaz de compensar eventuais falhas ou descréditos dos entes públicos. A efetiva participação da comunidade, principalmente através das organizações religiosas, não apenas consolidará a nossa democracia, como fará, de ilhões de brasileiros, hoje excluídos, verdadeiros cidadãos. Já temos exemplos de êxitos, bastando citar, entre alguns, o do programa Comunidade Solidária, presidido com seriedade por dona Ruth Cardoso.

Reitero. Que tudo seja analisado sem preconceitos Não posso terminar sem reiterar que é indispensável, nessa soma de esforços, a colaboração do governo e dos que detêm a riqueza sem enxergar um quadro social que perturba a todos, principalmente os mais fortes economicamente. O combate à pobreza exige a participação de todos os recursos disponíveis: o individual e o comunitário, o público e o privado, o local e o nacional. A luta solidária de todos é absolutamente necessária para a constituição de uma sociedade mais decente e mais humana

O projeto não pretende atingir qualquer ente da Federação em sua arrecadação fiscal. Pelo contrário, à medida que se erradica a pobreza, reduzindo-se o número de pobres e excluídos, maior será a participação dos cidadãos na arrecadação de impostos, tendo em vista o seu ingresso na sociedade como contribuintes.

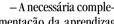
Portanto, conclamo a todos, sem exceção, a colaborar, por obrigação ou voluntariamente, para que, dentro em pouco, possamos modificar o quadro tão desfavorável e triste, que diminui o nosso país, e nos en-vergonha perante o mundo. Juntem-se as idéias! Formulem-se sugestões. Vamos encontrar um denominador desinteresse em matéria de tal relevância.

Muito obrigado!"

# Estágios devem ser fiscalizados pelas escolas

Plenário aprova substitutivo de Emilia Fernandes a projeto de lei da Câmara dos Deputados determinando a participação da instituição de ensino no controle da atividade profissional de treinamento dos alunos

O Senado aprovou ontem substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) ao projeto de lei da Câmara que determina a participação da instituição de ensino do estudante na fiscalização de estágios profissionais. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, aprovada em



mentação da aprendizagem somente será alcançada por meio do estágio se este ocorrer em condições adequadas,



Proposta de Emilia altera a Lei de Diretrizes e Bases

evitando-se distorções, como utilizar o estagiário como mão-de-obra barata ou designá-lo para tarefas desvinculadas de sua área de conhecimento - argumentou Emilia em seu parecer à Comissão de Educação (CE).

O projeto, de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), voltará ao plenário para discussão e votação em turno suplementar. De-

pois de cumprida a tramitação no Senado, a proposta retornará à Câmara

### Suassuna quer o fim de imposto sobre cesta básica

O fim da taxação sobre os produtos da cesta básica foi defendido ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), com base em pesquisa de opinião pública sobre tributação, salário mínimo e cesta básica realizada pelo Instituto Atlântico nas regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador e Fortaleza.

Segundo o senador, a pesquisa apontou que a in-

cidência de impostos sobre a cesta básica é mais conhecida entre os pesquisados de maior escolaridade (71%) e os de renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos (73%). A maior parcela dos entrevistados (62%) é favorável à diminuição de impostos sobre os produtos da cesta básica e 79% acreditam que os governos estaduais deveriam reduzir o ICMS desses produtos:



"Medida acaba com o imposto do pobre'

- O que se ganha nos impostos gasta-se na saúde com doencas decorrentes da deficiência nutricional - avaliou o senador.

Para Suassuna, a pesquisa reflete a opinião majoritária de que é recomendável a desoneração da cesta básica, a fim de se obter a elevação do poder de compra do salário mínimo, sem prejuízo para o aiuste fiscal ou aumento

nos custos da Previdência:

- Tratando-se de tributos, a desoneração da cesta básica é medida para acabar com o imposto do pobre e a tributação da fome.

Suassuna ainda registrou o 414º aniversário da capital da Paraíba, João Pessoa, que já foi chamada de Frederika, Filipéia, Filipéia de Nossa Senhora das Neves e Paraíba.

### Três comissões analisam projeto sobre fumo e álcool

Por força de requerimentos aprovados ontem, três projetos que restringem a propaganda de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas serão enviados para análise das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE). Somente após receberem pareceres nas comissões é

que as propostas, que tramitam em conjunto, seguem para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Autor de dois dos requerimentos, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) diz ter dúvidas quanto à constitucionalidade de alguns dispositivos das proposições. O projeto de lei do Senado 63/99, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), exemplifica Gilvam, suscita questionamentos, pois, ao

obrigar os fabricantes de cigarros e bebidas a gastar um real em campanhas condenando o vício para cada real gasto na promoção desses produtos, pode estar contrariando os limites ao poder de tributar.

Para pedir a análise da CAE, Gilvam argumenta que as indústrias do tabaco e das bebidas são os maiores contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), responsáveis por 4,51% de todas as receitas de tributos federais:

– É forçoso reconhecer que qualquer proposição que venha a regular a atividade dessas empresas deve ser analisada sob o prisma econômico e tribu-

> tário – justificou Gilvam em seu requerimento, que recebeu os votos contrários dos senadores do PT Heloísa Helena (AL), Tião Viana (AC) e Lauro Campos (DF).

Com a aprovação do requerimento de Gilvam, outro, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), por também solicitar a audiência da CAE, foi considerado prejudicado. Por fim, os

senadores acataram o pedido do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) de que a CE seja ouvida.

Tramitam em conjunto com a proposta de Suplicy os projetos de lei 97/ 99. da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), e 159/99, da senadora Marina Sil-

ria naquela fazenda –

Ademir Andrade afir-

mou que a desapropria-

ção da fazenda Vale do

Rio Cristalino estava

tramitando normalmen-

te no Incra até que a es-

tatal Indústrias Nuclea-

res do Brasil (INB), que

vinha desenvolvendo

prospecção de urânio na

região onde está locali-

disse o senador.



Gilvam diz ter dúvidas quanto à constitucionalidade

### deixa servidor intrangüilo O senador Geraldo Cândido (PT-RJ)

Cândido:

"Tese do

excesso de

servidores é

uma falácia"

afirmou ontem que o Programa de Gestão de Pessoal (PGP) apresentado pelo governo no último dia 29 de julho é uma prova de que a atual administracão "insiste erradamente em eleger o servidor público como o bode expiatório das contas públicas".

Cândido diz

que governo

De acordo com o senador, o resultado do PGP é "a intranqüilidade de 509.437 servidores da União, apesar do objetivo declarado deste novo pacote ser a redução dos gastos com pessoal". Para isso, segundo Cândido, as armas do PGP são o Programa de Demissão Voluntária (PDV), a colocação do servidor em disponibilidade com salários proporcionais, a concessão de licença sem vencimentos e, se isso tudo não for suficiente, a demissão pura e simples.

Em sua crítica, o senador destacou que a tese defendida pelo governo de que o Brasil tem excesso de servidores públicos "é uma falácia". Cândido entende que o que pode existir é "incompetência gerencial":

- Prova disso é que no Brasil existem oito funcionários públicos para cada 1.000 habitantes, enquanto na França a relação é de 40 para 1.000, e na Itália de 91 para 1.000.

A ineficiência da atual política econômica, que tem como características a privatização das estatais e a redução do Estado, mostrou-se "bastante" evidente no Rio de Janeiro, segundo Geraldo Cândido. Ele lembrou que o seu estado concentra mais de 100 mil servidores, para acrescentar que, "como se não bastasse o desemprego estrutural, agora o Rio de Janeiro será a principal vítima desse genocídio trabalhista neoliberal".

O senador lembrou o fato de que, apesar de o governo Marcelo Alencar ter assumido o estado com uma dívida da ordem de R\$ 5 bilhões, demitido cerca de 20 mil trabalhadores e privatizado a maioria das empresas estaduais, deixou para o sucessor mais de R\$ 22 bilhões de endividamento.

#### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — Senado em Pauta

7h — *Saúde Todo Dia* — Kung fu

7h30 — Especial Unip — Anticoncepção

7h55 — Senado em Pauta 8h — Jornal do Senado

8h25 — Senado em Pauta

8h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino

sobre o imposto para a pobreza 8h55 — Senado em Pauta

9h — Sessão Plenária (ao vivo)

Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravada em 04/08)

14h30 — Sessão Plenária (reapresentação) 18h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino.

 $19h-\mathit{Cores}\ \mathit{do}\ \mathit{Brasil}-\mathsf{Diamantina}$ 

21h30 — Consulta Marcada — Alconlismo

19h30 — Consulta Marcada — Alcoolismo

20h30- Entrevista com o senador Roberto Saturnino 21h — Jornal do Senado

22h30 - Projeto E 23h — Espaço Cultural — Apresentando o show de Geraldo

#### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado Em seguida — Música e informação 9h — Šessão Plenária (ao vivo) Em seguida — Música e informação 14h30 — Sessão Plenária (reprise)

Em seguida — Música e infor 19h — "A Voz do Brasil" Em seguida — Música e informação

20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"

Em seguida — Música e informação. 21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"

Em seguida — Música e informação 21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste' Em seguida — Música e informação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) cobrou ontem do ministro de Política Fundiária, Raul Jungman, a imediata desapropriação da fazenda Vale do Rio Cristalino, localizada no município de Santana do Araguaia, Pará. Segundo ele, a fazenda ocupa uma área de 140 mil hectares e já

interesse social para fins de reforma agrária através de decreto presidencial. Ele informou que mais de três mil famílias de trabalhadores rurais sem terra aguardam a decisão do governo, acrescentando que a demora está gerando sérios conflitos na região:

chegou a ser declarada de

- Os trabalhadores e suas famílias estão aflitos e passam fome. Enquanto isso, grileiros e ladrões de madeira estão agindo à vontade com a ajuda de pistoleiros, ameaçando os legítimos clientes da reforma agrá-



Ademir cobra imediata

desapropriação no Pará

Ademir estranhou ação de estatal contra desapropriação

zada a propriedade, entrou em cena. A empresa, segundo o senador, teria alegado que a exploração mineral não se coaduna com projetos agropecuários. Ele disse que após a interferência da INB o processo de desapropriação foi paralisado, "jogando uma pá de cal sobre os anseios de várias famílias".

O senador manifestou a sua estranheza com o fato de autoridades ligadas ao setor nuclear terem se esforçado para paralisar a desapropriação.